

2024

Perguntas e Respostas

CARBONO FLORESTAL E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

PARÁ

• O que é o mercado de carbono?

Resposta

São sistemas de comércio em que os créditos de carbono podem ser vendidos e comprados. A demanda para créditos vem de vários atores interessados em compensar a sua “pegada de carbono” (emissões de carbono) ou de ganhar dinheiro comprando créditos para vender por um preço maior. Compradores podem ser governos, empresas, ou indivíduos. Os vendedores podem ser governos que geram créditos de carbono através de seus programas jurisdicionais de REDD+ ou empresas, produtores rurais ou outros atores que geram créditos de carbono através de projetos privados de REDD+.



• O que é um crédito de carbono?

Resposta

Um crédito de carbono representa 1 tonelada de CO₂ que deixou de ser emitida para a atmosfera ou que foi removida da atmosfera através de um projeto ou programa voltado para este fim. Tem valor monetário. Créditos de carbono podem estar associados com a redução de emissões de carbono florestal, da produção de energia, entre outras fontes de emissões.

• Quais são os tipos de mercado de carbono?

Resposta

Voluntário: Neste tipo de mercado, os compradores de créditos de carbono são governos, empresas, e indivíduos que atuam de maneira independente e tem compromissos de descarbonização voluntários, sem nenhuma obrigação imposta por um lei ou regulação pública.

Setorial: Neste tipo de mercado, setores criam demanda para créditos de carbono através do estabelecimento de metas para a redução da pegada de carbono do setor, um processo chamado de “descarbonização”. O cumprimento destas metas pelas empresas deste setor geram uma demanda por créditos de carbono. Por exemplo, empresas de aviação civil tem metas que vão gerar uma demanda crescente para créditos de carbono através da iniciativa “CORSIA” (Esquema de compensação e redução de carbono para aviação internacional)

Regulado: Neste tipo de mercado, a demanda para créditos de carbono é criada através de políticas públicas que impõem limites de emissões aos diferentes setores da economia de um país ou estado, e as regras para compensar as emissões que excedem esse limite comprando créditos de carbono. Os compradores de créditos de carbono atuam para cumprir estas políticas públicas. Hoje, o Brasil ainda não criou um mercado regulado para transacionar créditos de carbono, embora este tema esteja em pauta no Congresso.



Earth
Innovation
Institute

• O que é REDD+?

Resposta

A sigla REDD+ significa Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal. O sinal de “+” significa reconhecer também outros esforços de conservação. As atividades que caracterizam REDD+ são:

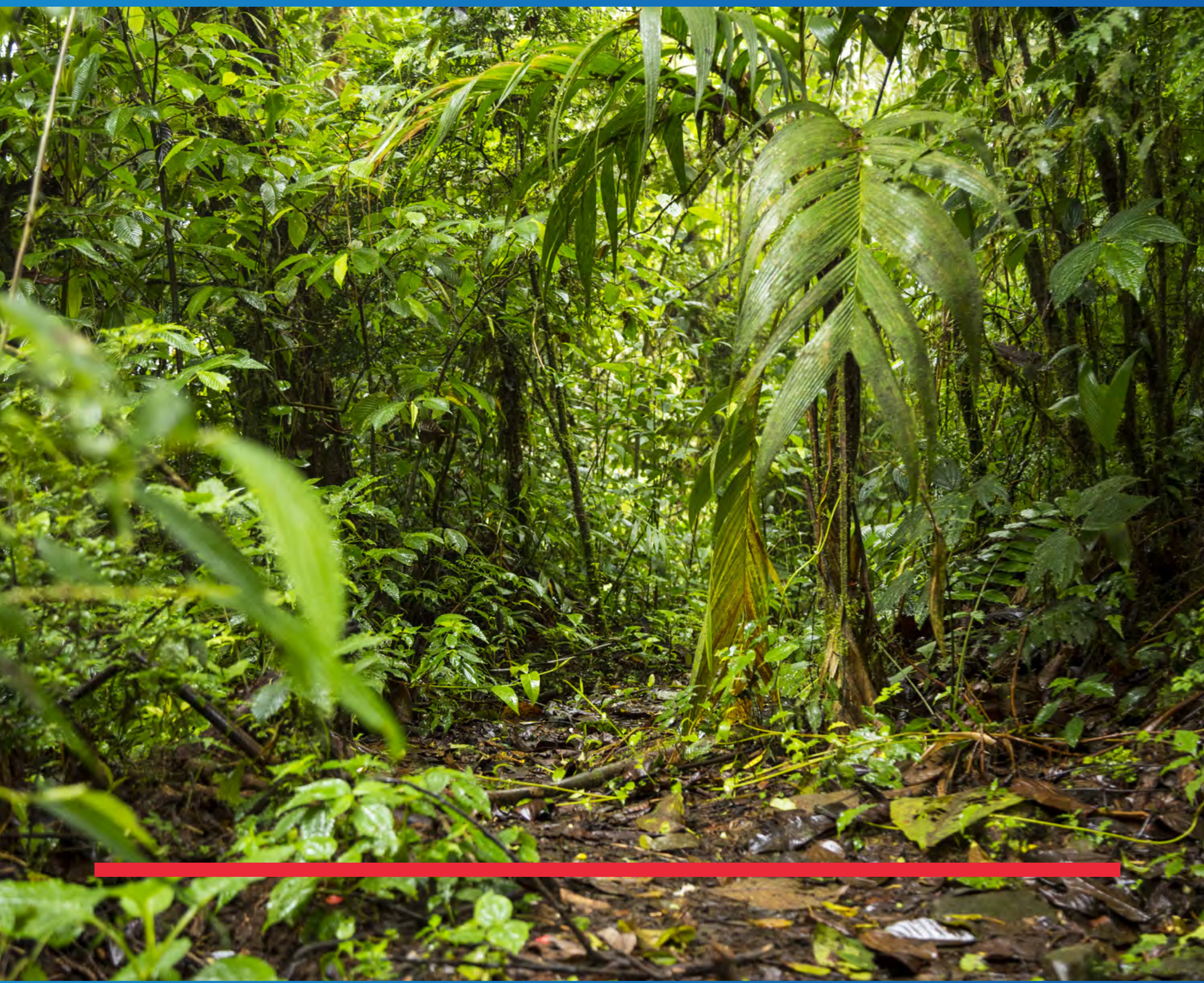
(i) redução das emissões provenientes de desmatamento;

(ii) redução das emissões provenientes de degradação florestal;

(iii) conservação dos estoques de carbono florestal;

(iv) manejo sustentável de florestas; e

(v) aumento dos estoques de carbono florestal.





- **Os dois principais mecanismos para criar créditos de carbono florestal são projetos privados e programas de REDD+ Jurisdicional. Quais são as principais diferenças entre eles?**

Resposta

Projetos de carbono privados são implementados em escala local, por exemplo: em uma propriedade rural ou uma terra comunitária. São desenvolvidos por uma empresa privada chamada de “desenvolvedora de projetos” em parceria com o produtor rural ou comunidade detentora da terra, que é a área focal do projeto. A receita gerada pela venda de créditos é dividida entre esta empresa e os parceiros locais, chamadas de “beneficiários”.

Geralmente são projetos de longo prazo e com condições previstas em contrato. As ações e intervenções para reduzir emissões ou promover remoções por restauração ou regeneração florestal são definidas de maneira bem específica dentro da área do projeto e seu entorno e precisam demonstrar “adicionalidade”. Isso significa que a reserva legal da propriedade rural, por exemplo, não se qualifica como fonte de créditos de carbono porque é uma exigência da lei.

Programas de REDD+ Jurisdicional são implementados em escala maior, em um território político-administrativo, como um estado ou país. Os créditos são baseados nas reduções de emissões advindas do desmatamento e degradação florestal e do aumento das remoções geradas pela restauração ou regeneração florestal.

Estas reduções e remoções são mensuradas ao nível do estado ou país inteiro de forma coletiva, sem ser vinculado a propriedades rurais ou comunidades específicas. Não há "desenvolvedor de projetos" pois o governo lidera o desenho e implementação do programa com ampla participação dos setores beneficiários do programa. Estes setores são, de modo geral, produtores rurais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e outras comunidades rurais, e o próprio governo.

As ações e intervenções definidas para reduzir emissões são políticas públicas e programas criados para cada setor beneficiário do programa com ampla participação daquele setor. A receita gerada pela venda de créditos é compartilhada entre o governo e os diferentes setores que atuam na redução de emissões e na conservação dos estoques, destinada através de subprogramas setoriais, para incentivar a continuidade da redução de emissões.

O objetivo é alcançar o desenvolvimento sustentável com conservação de florestas, redução de emissões e melhoria dos indicadores sociais e econômicos. Por esta razão, o programa é desenvolvido por um processo multisetorial liderado pelo governo.

No caso do Tocantins, o desenho dos eixos de investimento para o recurso de REDD+ seguirá a Estratégia Tocantins Competitivo e Sustentável e as demandas do setor agropecuário vão ajudar a desenhar o subprograma para os setores da pecuária e de grãos.

- **O que são Salvaguardas Socioambientais?**

Resposta

As Salvaguardas Socioambientais são as diretrizes internacionais que regem os Programas de REDD+ Jurisdicionais e trazem a integridade necessária para que estes sejam programas seguros e eficazes para todos os beneficiários envolvidos.

Elas envolvem governança, participação, respeito às leis ambientais, valorização da cultura e modos de vida e outros aspectos que asseguram a longevidade e sucesso do programa.

- **Como funciona a gestão dos recursos em um Programa de REDD+ Jurisdicional?**

Resposta

Recursos financeiros advindos da venda de créditos de carbono: Os governos definem através de Lei o modelo a ser adotado para comercializar os créditos e administrar os recursos financeiros. Pode ser por meio de uma empresa público-privada ou fundo estadual. No caso do Pará, os recursos serão depositados no Fundo da Amazônia Oriental para a execução financeira de acordo com a estratégia de repartição de benefícios, ainda em construção. Os mecanismos e a governança para a execução financeira através do fundo estão em fase de desenho.

Repartição de benefícios: Geralmente os programas jurisdicionais consideram quem conserva florestas (estoque) e quem reduz as

emissões do desmatamento e degradação florestal (fluxo) para definir a repartição de benefícios. Esta metodologia é denominada de “estoque-fluxo”. No caso do Pará a alocação de benefícios será através de subprogramas baseado em uma análise técnica de estoque-fluxo e vários critérios adicionais, com a meta de otimizar a aplicação do recurso REDD-J para ser justa, efetiva, e eficiente. Esta análise será usada para elaborar uma proposta a ser consultada com todos os beneficiários do Programa de REDD+ Jurisdicional para aprimoramento e consolidação do Programa.

- **O programa de REDD+ jurisdicional do Pará vai restringir o direito de abrir novas áreas permitidas pelo Código Florestal Brasileiro?**

Resposta

Não. O subprograma de incentivos que o setor produtivo está desenhando deve focar na redução de emissões das atividades produtivas através do cumprimento do Código Florestal, de adoção de tecnologias para uma produção de baixo carbono, prevenção contra incêndios florestais, a valorização dos produtos sustentáveis, dentre outros.

O subprograma pode, também, incentivar a redução de emissões com enfoque em áreas de grande estoque de carbono ou em terras de baixa aptidão para atividades produtivas.





- **Quais são as obrigações de um Programa Jurisdicional de REDD+ com relação aos projetos privados de crédito de REDD+ voluntário de proprietários particulares, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares?**

Resposta

O Estado define em regulamento o aninhamento dos projetos privados desenvolvidos por proprietários particulares, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, reconhecendo os créditos gerados por estes projetos e descontando estes créditos daqueles gerados pelo programa de REDD+ jurisdicional, assim evitando a “dupla contagem” dos créditos gerados dentro do estado.

EXECUÇÃO



**Earth
Innovation
Institute**

CONTRIBUIÇÃO



**Produzindo
Certo**

FINANCIAMENTO



**BEZOS
EARTH
FUND**

PRODUTO

**SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE**



CLIQUE AQUI E ACESSE:



Questionário REDD+ Pará



Saiba mais sobre o Redd+ Pará



earthinnovation.org